

Despacho executivo relativo à possibilidade de produção de produtos acabados de canábis em sucursais de farmácias¹

Nos termos do artigo 17.º, n.º 4, da Lei n.º 1668, de 26 de dezembro de 2017, relativa a um programa-piloto de canábis medicinal e a um regime de cultivo, produção, etc., de canábis medicinal, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2392, de 14 de dezembro de 2021, e pela Lei n.º 439, de 6 de maio de 2025, estabelece-se o seguinte:

Possibilidade de produção de produtos acabados de canábis em sucursais de farmácias

Artigo 1.º As sucursais afiliadas a farmácias e farmácias hospitalares podem produzir produtos acabados de canábis para distribuição a partir dessa sucursal.

(2) A produção deve ser efetuada em conformidade com o artigo 18.º da Lei e com as regras estabelecidas pela Agência Dinamarquesa de Medicamentos nos termos da mesma no despacho executivo relativo à produção de produtos acabados de canábis pelas farmácias.

Entrada em vigor

Artigo 2.º A regulamentação entrará em vigor em 1 de janeiro de 2026.

(2) É revogado o Despacho Executivo n.º 2502, de 14 de dezembro de 2021, relativo à possibilidade de produção de produtos acabados de canábis em sucursais de farmácias.

Ministério do Interior e da Saúde,

¹ O projeto do presente despacho foi notificado em conformidade com a Diretiva (UE) 2015/1535 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um procedimento de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (codificação).